

A leitura dos sinais dos tempos e suas implicações na vida da Igreja

JOSÉ EDUARDO BORGES DE PINHO

Universidade Católica Portuguesa (UCP), Lisboa

Neste estudo procura-se analisar as principais implicações que resultam para a vida da Igreja a partir da consciência de que não se pode prescindir da leitura constante dos sinais dos tempos. Trata-se, portanto, de reflectir como essa leitura interpela o entendimento e a prática da fé na vivência eclesial, que pressupostos são requeridos para que ela aconteça de forma adequada e pertinente, que consequências pessoais e estruturais tem essa disponibilidade mental e espiritual para a identidade e missão da Igreja.

Naturalmente dou por adquirida, por genérica que seja, a ideia do que se trata quando falamos dos “sinais dos tempos”, embora o uso da expressão não se apresente assim tão unívoco em termos teológicos, como poderia parecer à primeira vista a partir do seu uso abundante¹. O debate à volta da

¹ Clodovis Boff fala de 3 ou 4 sentidos: 1 – *Jesus Cristo* (sentido exegético, escatológico-messiânico, mais precisamente cristológico – cf. Mt 16, 3); 2 – *Eventos históricos* (indicadores da história de Deus – *Gaudium et spes*); 3 – *Problemas da era moderna* (os grandes problemas do nosso tempo – o sentido corrente desde João XXIII na linguagem eclesial, ou seja, o nome religioso dos factos históricos); 4- *Facto qualquer significativo* – o sentido vulgar, usado sobretudo na linguagem jornalística. Cf. C. BOFF, “*Sinais dos tempos*”. *Princípios de leitura*, Edições Loyola, São Paulo 1979, 93 s.

clarificação do conceito verificou-se logo no Concílio, no decurso da elaboração da *Gaudium et spes*². E, como se pode ler no *Lexikon für Theologie und Kirche*, no uso pós-conciliar da expressão “por vezes não é claro se se trata aí da realidade social como tal, de aberturas cheias de esperança dentro dessa mesma realidade ou de um método da interpretação e do compromisso com um objectivo determinado”³.

Sem qualquer pretensão de dirimir questões que se possam colocar a este respeito, enuncio aqui apenas algumas características que sublinham o que está em causa na leitura dos sinais dos tempos e suas implicações para a vida da Igreja. Trata-se de prestar atenção a acontecimentos marcantes da história, susceptíveis de impulsionar transformações profundas do viver humano e que se manifestam como sinais interpelativos e pontos de orientação para a Igreja no anúncio do Evangelho⁴. A leitura dos sinais dos tempos acontece na consciência crente da relação e interacção mútuas entre história humana e história da salvação⁵, procurando descobrir os traços do

² Cf. CH. MOELLER, *Die Geschichte der Pastoralkonstitution*, in *Lexikon für Theologie und Kirche, II Vatikanisches Konzil*, III. Teil, Freiburg-Basel-Wien 1968, 248-278; ID., *Kommentar zu Vorwort und Einführung*, in *Lexikon für Theologie und Kirche, II Vatikanisches Konzil*, III. Teil, 280-312, Freiburg-Basel-Wien 1968, esp. 291 ss; J. da C. POLICARPO, *O Evangelho e a história. Ler os sinais dos tempos*, Obras Escolhidas, Vol. 1, Lisboa 2003 (ed. original: “Sinais dos tempos”. *Gênese histórica e interpretação teológica*, Livraria Sampedro 1971); K. LEHMANN, *Neue Zeichen der Zeit. Unterscheidungskriterien zur Diagnose der Situation der Kirche in der Gesellschaft und zum kirchlichen Handeln heute. Eröffnungsrreferat von Karl Kardinal Lehmann bei der Herbst-Vollversammlung der Deutschen Bischofskonferenz in Fulda – 19. September 2005* (Der Vorsitzende der Bischofskonferenz 26, ed. pelo SEKRETARIAT DER DEUTSCHEN BISCHOFSKONFERENZ)), 7 s., in www.dbk.de/fileadmin/redaktion/veroeffentlichungen/vorsitzender/VO_26.pdf (consulta a 9.2.2011).

³ A. WOLLBOLD, *Zeichen der Zeit*, in W. KASPER (dir.), *Lexikon für Theologie und Kirche*, Freiburg-Basel-Rom-Wien 2001, 1403. A questão fundamental reside num entendimento do conceito mais numa linha *sociológica* ou na sua compreensão como conceito especificamente *teológico*. Segundo C. Boff, se pela expressão “sinais dos tempos” se entende apenas as *características* do tempo, os factos marcantes da época, nesse caso a fórmula teológica adequada seria: “ler os sinais dos tempos à luz da fé”; se se compreende “sinais dos tempos” como o *sentido divino* do tempo actual ou dos referidos factos marcantes, então a noção de sinais dos tempos como sinais de Deus já inclui na sua definição a ideia ‘à luz da fé’, isto é, já seria um conceito teológico estabelecido, pelo que seria redundante dizer: “interpretar os sinais dos tempos à luz da fé”. Cf. C. BOFF, “Sinais dos tempos”, 81 s.

⁴ Cf. M.-D. CHENU, *Les signes des temps. Réflexion théologique*, in Y. M.-J. CONGAR, M. PEUCHMARD (dir.), *L'Église dans le monde de ce temps. Constitution pastorale “Gaudium et spes”, Tome II – Commentaires*, Paris 1967, 208 (Chenu refere-se aqui ao Relatório dos secretários Cónegos Delhay e Houtart, de 17 de Novembro de 1964); J. da C. POLICARPO, *O Evangelho e a história. Ler os sinais dos tempos*, 181-186 e 235-281. Cf. também F. HOUTART, *Les aspects sociologiques des “signes des temps”*, in Y. M.-J. CONGAR, M. PEUCHMARD (dir.), *L'Église dans le monde de ce temps*, Tome II, 171-204.

⁵ Como assinala M.-D. Chenu, estamos diante de uma teologia da história. Isto é, a tomada de consideração e o discernimento dos sinais dos tempos fazem parte da inteligência da fé que capta o mistério na sua realização e na sua realidade históricas, procurando ver nesses sinais a presença do Reino de Deus: M.-D. CHENU, *Les signes des temps*, 205-223, em particular 213 e 220-223. Cf. Id., *Le rôle de l'Église dans le monde contemporain (Chapitre IV de la première partie de la Constitution)*, in G. BARAÚNA (dir.), *L'Église dans le monde de temps. Une analyse de la Constitution “Gaudium et spes” et ses implications oecuméniques. Avec une étude sur l'Encyclique “Populorum Progres-*

agir salvífico de Deus, através das diversas mediações possíveis, no decurso do viver humano⁶. Suscita-se assim a atenção crente no sentido de discernir nos acontecimentos e movimentos históricos as solicitações do Espírito, pressupondo-se um olhar cristão sobre a história e a busca de uma interpretação profética, à luz do Evangelho, das esperanças e dos problemas vividos pela humanidade. Finalmente – e este é um dos aspectos não menos relevantes – a leitura dos sinais dos tempos valoriza, como ponto de partida, uma metodologia indutiva na tentativa de compreensão do significado profundo dos acontecimentos⁷, o que representa um elemento de indiscutível valor heurístico e sinaliza uma tarefa que decorre inequivocamente do espírito conciliar: nesse aspecto, a linguagem dos “sinais dos tempos” pode comparar-se a uma tabuleta que diz “em obras” à entrada de um imenso estaleiro: “Se ela não resolve o modo como os problemas sociais e históricos se põem hoje à consciência cristã, ela assinala pelo menos, de maneira imperiosa e inescapável, uma tarefa. E que tarefa!”⁸.

Estruturo esta reflexão em cinco pontos. Cada um deles, por sua vez, apresenta-se subdividido em duas pequenas partes, a primeira mais de ordem teórica (afirmação de princípios), a segunda mais numa linha prático-pastoral.

sio”, Tome II, Brugges 1968, 425-428; E. BIANCHI, *Le caractère central de la parole de Dieu*, in G. ALBERIGO, J.-P. JOSSUA (ed.), *La réception de Vatican II*, Paris 1985, 169 s.; G. RUGGIERI, *Foi et histoire*, in G. ALBERIGO, J.-P. JOSSUA (ed.), *La réception de Vatican II*, 127-155; E. DURAND, *Révélation trinitaire et histoire du salut selon Dei Verbum*, n.ºs 2-6, in *Revue Thomiste* 110 (2010) 275-291, aqui particularmente 277 e 286 ss.

⁶ “Discernir sinais do Reino no drama da história, é identificar as realidades que são verdadeiramente uma presença do Reino de Deus na sociedade, em pessoas e instituições, e que são o fruto da acção do Espírito Santo”. J. da C. POLICARPO, *Leitura dos sinais dos tempos, um olhar cristão sobre a História. Conferência no 25º aniversário do CEPCEP*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 25 de Fevereiro de 2008, nº 2, in www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=56892 (consulta a 5.1.2011). Escreve G. Ruggieri: “Um facto é susceptível de converter-se num ‘sinal dos tempos’ quando, graças à tomada de consciência colectiva, está em condições de modificar em direcção messiânica o equilíbrio das relações humanas de uma época determinada”. E explica o seu pensamento com o exemplo da pobreza: “Só quando alguns homens começam a colocar a pobreza à luz messiânica e descobrem um novo equilíbrio no Evangelho e na Igreja, para os quais o mistério da pobreza – nos pobres e em Cristo que se fez pobre – se converte no eixo da história, o Evangelho se torna Evangelho dos pobres, e a Igreja se torna Igreja dos pobres... só então começam os homens a reconhecer um sinal dos tempos”: G. RUGGIERI, *Para uma hermenêutica del Vaticano II*, in *Concilium* 279 (1999) 27.

⁷ Cf. B. HÄRING, *En guise de conclusion. Voies et perspectives nouvelles qu’ouvre la Constitution pour l’avenir*, in Y. M.-J. CONGAR, M. PEUCHMARD (dir.), *L’Église dans le monde de ce temps*, Tome II, 745 s.; G. RUGGIERI, *Foi et histoire*, 135 s. e 140 s.

⁸ C. BOFF, “Sinais dos tempos”, 74. Cf. J. EV. HÄFFNER, *Wie die Kirche sieht, dass die Welt sieht. Eine Interpretation der Lehre der “Zeichen der Zeit”*, in www.uni-potsdam.de/db/religion/getdata.php?ID=41, 3 (consulta a 9.2.2011); K. LEHMANN, *Neue Zeichen der Zeit*, 45.

Igreja em atitude de escuta permanente da “Palavra de Deus”

Escuta da Palavra de Deus e autenticidade da vida cristã

A capacidade de perceber os sinais dos tempos radica, antes de mais, no modo como a Igreja procura viver como comunidade crente na escuta constante da Palavra de Deus. É um dado óbvio a vários títulos, e tanto mais quanto se trata de procurar captar os sinais de Deus e a presença dos valores do Reino nos caminhos da história humana. No entanto, é algo tão essencial que não podemos deixar de começar por aqui, ou seja, colocarmos a pergunta pela abertura ao Evangelho, pela autenticidade de vida, pelo grau de fidelidade existentes nos crentes e nas comunidades cristãs. “Nunca devemos esquecer – escreveu Bento XVI na Exortação Apostólica *Verbum Domini* – que, na base de toda a espiritualidade cristã autêntica e viva, está a *Palavra de Deus anunciada, acolhida, celebrada e meditada na Igreja*. A intensificação do relacionamento com a Palavra divina acontecerá com tanto maior decisão quanto mais cientes estivermos de nos encontrarmos, quer na Escritura quer na Tradição viva da Igreja, em presença da Palavra definitiva de Deus sobre o universo e a história”⁹.

Como é sabido e a Exortação Apostólica *Verbum Domini* lembrou-o de novo, a expressão “Palavra de Deus” é usada analogicamente em diversos sentidos: por ela entende-se, globalmente, a autodoação e a autocomunicação de Deus numa história de salvação culminada em Jesus Cristo e tornada presente na força do Espírito ou o próprio Jesus Cristo, Verbo de Deus encarnado, como plenitude da Revelação; com ela refere-se também a Palavra de Deus na Escritura, como expressão singular dessa autocomunicação, mas igualmente as diversas mediações da presença e ação de Deus, através das quais o acontecimento da salvação se exprimiu e exprime no concreto da história humana: desde a palavra dos Profetas bíblicos à tradição viva da Igreja, desde a Palavra de Deus que vem ao nosso encontro nos acontecimentos e nos processos do viver humano na história¹⁰ à Palavra de Deus que emerge na vida dos santos e dos profetas ou no quotidiano

⁹ Constituição Apostólica *Verbum Domini*, nº 121 (VD).

¹⁰ Cf. Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, nºs 40, 44 e 62 (GS).

anónimo da existência das pessoas – o que acontece na Igreja e para além das fronteiras da Igreja, pois nunca se pode ignorar a universalidade do Deus cristão e da acção do seu Espírito no mundo.

Nesta sensibilidade e abertura à vastidão da Palavra de Deus na vastidão da existência humana¹¹ decide-se um ponto nuclear de identidade cristã. A Palavra de Deus é o dado originário da criação e da história da salvação, pelo que à primazia de Deus em tudo tem de corresponder o sentido da gratuidade como dado basilar, estruturante, da existência crente e a disponibilidade para a escuta como a única atitude adequada para poder acolher Deus e suas interpelações no concreto da vida. “De facto, a Igreja funda-se sobre a Palavra de Deus, nasce e vive dela”¹² – escreve ainda Bento XVI, que acrescenta: “A Igreja não vive de si mesma mas do Evangelho, e do Evangelho tira, sem cessar, orientação para o seu caminho”¹³. A Igreja é *creatura Verbi*, comunidade de acolhimento da Palavra de Deus, a sua verdade depende da centralidade que dá a Deus na sua vida, a qualidade e credibilidade existenciais do seu viver, para dentro e para fora, dependem desse diálogo contínuo entre Deus que fala e ouve e os crentes que escutam e respondem: “Na realidade, toda a economia da salvação mostra-nos que Deus fala e intervém na história a favor do ser humano e da sua salvação integral. Por conseguinte, é decisivo, do ponto de vista pastoral, apresentar a Palavra de Deus na sua capacidade de dialogar com os problemas que o ser humano deve enfrentar na vida diária”¹⁴.

A Palavra de Deus no quotidiano da vida eclesial

A leitura crente dos sinais dos tempos – com sensibilidade real aos acontecimentos e sua profundidade, com capacidade profética, com relevância existencial e com pertinência cultural – não é possível, pois, sem um modo cristão de viver que se sabe atento à Palavra de Deus, disponível para escutar o Evangelho de Jesus. Colocam-se assim pressupostos de vivência, de formação, de espiritualidade, de autêntica busca de Deus como a verdadeira questão que tem de atravessar a vida de cada crente e nortear tudo o que a Igreja é chamada a ser e a fazer.

¹¹ VD, nº 4.

¹² VD, nº 3.

¹³ VD, nº 51.

¹⁴ VD, nº 23.

Deste dado primeiro – a disponibilidade para o confronto quotidiano com a “Palavra de Deus”, a intensidade e a qualidade do seu acolhimento na vida eclesial – brota a exigência de uma profunda revisão de vida, que podemos sinalizar e exemplificar numa série de questões relativas ao nosso ser cristão e ser Igreja. Que lugar é dado à Palavra de Deus na vida concreta das nossas comunidades, em termos de anúncio, celebração e testemunho diaconal da fé? Como confrontamos em termos comunitários essa escuta da Palavra de Deus com as questões que diariamente se sentem na vida das pessoas, mormente daquelas que não estão em contacto imediato com a Igreja? Que disponibilidade há para pensar a catequese como lugar privilegiado, essencial, de preparação para a escuta da Palavra de Deus¹⁵? Que qualidade de anúncio da Palavra de Deus têm as homilias, que constituem o quadro mais básico mas também o mais amplo da formação dos cristãos, da ideia que fazem de Deus, do modo como entendem as questões da fé, da maneira como vêem o seu existir crente no mundo? Que importância estrutural, em termos de percepção de uma identidade vocacional, dão os nossos futuros ministros ordenados a uma formação exigente em termos teológico-culturais que os capacite para serem autênticos mediadores da Palavra de Deus no serviço que a Igreja os chama a prestar? Que exigências colocamos na formação dos nossos diáconos permanentes quando lhes reconhecemos um papel importante no anúncio público, autorizado da Palavra de Deus? Que lugar damos à Bíblia e como a utilizamos nos processos pessoais e comunitários de maturação na fé? E as perguntas poderiam continuar, sendo certo que elas se orientam para um núcleo com diversas faces: a importância decisiva de uma formação cristã de qualidade, exigente a vários níveis, superando inércias ou soluções *ad hoc* que só conduzem, em última análise, a simples “pinturas de superfície”¹⁶.

Em tudo isto, é de crucial significado tomar-se consciência de que, em última instância e dentro de uma indispensável “hierarquia das verdades”,

¹⁵ “O processo de catequese, sobretudo na infância e adolescência, foi recentemente renovado e alargado, mas observa-se que, a não ser numa pequena percentagem, acaba por não gerar cristãos vivos e empenhados. Por outro lado, no que se refere aos jovens e aos adultos, não se têm conseguido grandes avanços na formação sólida da fé de modo a acompanhar os diferentes momentos da vida das pessoas. Que falta?»: *Repensar juntos a pastoral da Igreja em Portugal – Documento de trabalho, aprovado na Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa - Fátima, 14 de Abril de 2010*, nº 1, in www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?&id=80196 (consulta a 27.1.2011)

¹⁶ Cf. a este propósito da formação cristã J. da C. POLICARPO, «*Sinais dos tempos*» hoje, na sociedade e na Igreja em Portugal – *Conferência nas Jornadas Pastorais da CEP, Fátima, 16 de Junho de 2010*, nº 6, in www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?&id=80169 (consulta a 10.2.2011).

o que está aqui em causa é o sentido da centralidade de Deus na vida cristã, quer dizer, a consciência de que Deus não é um tema entre outros no conjunto das verdades da fé, mas é o centro, o suporte, o fundamento da fé. Tudo na vida cristã tem de estar, pois, orientado por esta abertura profunda e constante ao “Mistério que chamamos Deus”, por esta sensibilidade a dar a Deus o lugar devido na estruturação da própria fé e de uma verdadeira espiritualidade. Trata-se assim, antes de mais, de nos dispormos a verificar se a centralidade de Deus é o fio condutor e determinante das nossas opções existenciais e da nossa leitura do mundo. É esta atitude interior, decidida, de abertura ao Mistério de Deus que nos permite captar e acolher a proximidade de Deus nas nossas vidas, valorizar a obra de Deus à nossa volta e estar verdadeiramente atentos aos sinais de Deus e às perguntas por Deus – sejam elas colocadas sob forma secular ou sob forma religiosa – presentes no quotidiano do nosso mundo¹⁷.

A exigência de encarnação da existência cristã e da vida da Igreja

A exigência fundamental de encarnação

O contexto conciliar da linguagem dos “sinais dos tempos” enquadra-se numa busca renovada do ser Igreja no meio do mundo numa “economia de encarnação”¹⁸, numa nova consciência histórica da forma como a Igreja se entende em diálogo com o mundo e com as circunstâncias reais do viver humano¹⁹. São bem conhecidos os aspectos principais desse novo enquadramento: de uma visão predominantemente negativa do mundo como lugar de tentação e de pecado passa-se a uma visão positiva do mundo como realidade criada por Deus e lugar de compromisso cristão na colaboração com Deus Criador e Salvador²⁰; de uma avaliação e valoração das realidades

¹⁷ Cf. J. M. AVENDAÑO PEREA, *Donde está su Dios?*, in *Vida Nueva* nº 2143, 21 de Febrero de 2004, 28 s.

¹⁸ J.- M. R. TILLARD, *Théologie sous-jacente à la Constitution: L'Église et les valeurs terrestres*, in G. BARAÚNA (dir.), *L'Église dans le monde de temps*, Tome I, Bruges 1967, 287-294, esp. 291.

¹⁹ Y. M.-J. CONGAR, *Église et monde dans la perspective de Vatican II*, in Y. M.-J. CONGAR, M. PEUCHMARD (dir.), *L'Église dans le monde de ce temps*, Tome III, 15-41; Y. M.-J. CONGAR, *Le rôle de l'Église dans le monde de ce temps (1. re partie, chapitre IV)*, in Y. M.-J. CONGAR, M. PEUCHMARD (dir.), *L'Église dans le monde de ce temps*, Tome II, 305-328.

²⁰ Cf. GS, nº 34.

do mundo a partir do grau da sua relação com o religioso e o sagrado caminha-se para uma consideração da legítima secularidade deste mundo (“mundaneidade do mundo” – dirá J. B. Metz), reconhecendo que não é a tutela religiosa por si só que dá consistência e qualidade humanas às coisas e afirmando o respeito pela legítima autonomia das realidades terrestres²¹; de uma Igreja que se situa frente ao mundo evolui-se para uma Igreja consciente de que faz parte deste mundo, vendo a sua história inscrita na complexidade da história humana, sabendo que não só tem uma mensagem a anunciar mas que tem igualmente algo a aprender da experiência histórica do viver humano²²; finalmente, do sentido do religioso como um sector da vida e lugar preferencial de encontro com Deus passa-se à percepção de que se encontra Deus nas circunstâncias reais deste mundo ou não se encontra (o mundo como lugar indispensável e irrecusável de vivência da fé), pelo que – advertência conciliar aos cristãos – “o divórcio entre a fé que professam e o comportamento quotidiano de muitos deve ser contado entre os mais graves erros do nosso tempo”²³.

Embora tudo isto nos pareça hoje demasiado óbvio, não podemos ignorar ou subvalorizar o longo percurso que foi necessário fazer, as dificuldades de mentalidade que persistem em muitos cristãos, a distância que continua a existir entre a afirmação teórica e a coerência prática. A percepção de que a qualidade da existência cristã não se define pelo grau de distanciamento das coisas do mundo mas precisamente pelo modo como se vive de Deus e para Deus no quotidiano real das circunstâncias da nossa história ou, dito de outro modo, o realismo da encarnação na história, com todas as suas exigências e consequências, ainda não penetrou até às raízes mais profundas na maioria das consciências cristãs. Lamentamos hoje muito a pouca presença ou até a ausência de cristãos – em termos de visibilidade pública e de intervenção perceptível – nos diversos espaços e sectores onde se tece a vida concreta das pessoas e da sociedade, onde se tomam as decisões que condicionam o sentido do viver humano, mas não nos perguntamos, com frontalidade e radicalidade, donde vêm as raízes passadas e onde estão os pressupostos actuais de mentalidade e do nosso próprio viver em Igreja que condicionam ou até favorecem esta situação.

²¹ Cf. GS, nº 36. Cf. M.-D. CHENU, *Le rôle de l'Église dans le monde contemporain*, 428-431.

²² Cf. particularmente GS, nºs 44 e 45.

²³ GS, nº 43.

Na verdade, temos de examinar se os nossos processos de iniciação à fé, designadamente na catequese aos seus mais diversos níveis, são decisivamente também ajuda a descobrir a Igreja como sacramento do amor de Deus no mundo e para o mundo, se constituem verdadeiro impulso a um sentido profundo da diaconia cristã e a uma consciência da responsabilidade pública que brota da fé. Temos de verificar em que medida as nossas comunidades (locais, movimentos, etc.) são lugares de reflexão, escolas de maturação e focos de dinamização da responsabilidade pública que decorre da fé. Pode perguntar-se em que medida está presente e nos interpela na celebração da fé – na palavra anunciada, nas expressões simbólicas e rituais que tecem a celebração, nas orações comunitárias propostas aos fiéis – a realidade concreta do mundo que nos envolve. De que forma, para além dos habituais apelos morais – pode perguntar-se ainda –, se considera e valoriza nas mentalidades dominantes o empenho quotidiano nas tarefas do mundo, e particularmente no campo social e político? Em que medida se está disposto a reflectir sobre o modo como tradicionalmente se distingue aquilo que é o agir cristão em nome próprio e o agir em nome da Igreja? Neste aspecto, trata-se de analisar que comportamentos isso provoca, que sentido faz e como é que pode fazer sentido esse tipo de raciocínios, quais são as mentalidades subjacentes e as atitudes daí decorrentes.

Condições de encarnação para uma leitura dos sinais dos tempos

Quatro aspectos, como condições de leitura dos sinais dos tempos, resultam claramente desta exigência de encarnação, de uma consciência cristã comprometida na transformação do mundo.

Antes de mais, é decisiva a capacidade de os cristãos perceberem bem em toda a sua complexidade a realidade histórica concreta do mundo em que se inserem. A leitura crente dos sinais dos tempos como intuição profética tem de ter em conta a consistência própria das realidades que analisa, para poder chegar a critérios de juízo suficientemente justificados e a impulsos de acção pertinentes. Pede-se não só sensibilidade viva para captar o real mas também o estudo atento da realidade social, usando os vários instrumentos de análise técnico-científica. Ler os sinais dos tempos não é uma tarefa de ordem meramente sociológica, mas não se pode prescindir de uma análise fundamentada em termos de racionalidade humana, dos dados

de leitura sociológica e do contributo das várias ciências humanas. Numa hermenêutica dos sinais dos tempos o olhar crente assume como motivo de interpelação e reflexão o que a racionalidade humana detecta em termos de causas, critérios e opções que estão em jogo²⁴.

A leitura crente daqueles acontecimentos e movimentos da história através dos quais Deus nos interpela quanto ao sentido humano da existência e sobre os caminhos mais indicados a seguir à luz da fé pressupõe a existência e o fomento de uma espiritualidade encarnada, marcada pela abertura de coração aos sinais que nos são dados pelas pessoas e pelos factos da vida quotidiana. Uma espiritualidade que vive com lucidez e intensidade a dimensão da encarnação é uma “espiritualidade de olhos abertos”²⁵, realista na sua visão do caminhar humano na história, atenta à dignidade das pessoas e com um profundo sentido do Humano, sensível às situações de marginalidade e sofrimento que apelam ao sentido cristão do serviço, desperta para as exigências indeclináveis da solidariedade com o “próximo”, corajosa no modo de enfrentar as dificuldades e perplexidades do quotidiano. “Não é na forma e no modo como uma pessoa fala de Deus – escreveu Simone Weil – que eu vejo se ela passou pelo fogo do amor divino... , mas sim na forma como ela fala comigo sobre as coisas terrenas”²⁶. Pergunto-me, por vezes, em que medida nas nossas comunidades se ajuda a um olhar crente sobre a vida concreta, a rezar mais a partir da vida e a acolher a realidade vivida na oração, a valorizar como atitude orante a riqueza e a dureza do viver quotidianos, a estimular experiências de encontro com Deus na opacidade real das circunstâncias do mundo.

A leitura dos sinais dos tempos pressupõe – terceiro aspecto – uma particular sensibilidade à historicidade do caminhar da fé e da vida em Igreja²⁷, com

²⁴ Cf. J. EV. HAFNER, *Wie die Kirche sieht, dass die Welt sieht*, 3.

²⁵ J. B. METZ, “*Christentum ist Kultur der Anerkennung des Fremden*”, in Kathpress N° 56, 20.3.1992, 4.

²⁶ Esta citação está contida, sem qualquer indicação de lugar, num texto policopiado de G. FUCHS, *Erwachsen(d)er Glaube. Christliche Mystik im Religionsgespräch*, 1.

²⁷ “A dimensão profética da existência cristã enraíza-se precisamente aqui como expressão de uma fé vivida no concreto da história, como afirmação do absoluto no confronto com o relativo e provisório deste mundo, como busca permanente de fidelidade ao Espírito nas circunstâncias presentes. A dimensão profética aparece como a tarefa hermenêutico-prática de perceber e realizar o que a Palavra de Deus significa hoje para os crentes. É que uma fé afirmada e vivida no concreto da história – e não pode ser de outra maneira! – não consiste apenas em proclamar princípios gerais e em aplicá-los a casos concretos, mas supõe decisivamente que o anúncio da mensagem – pela palavra e pela vida – aconteça sob a marca do criativo que ultrapassa a mera dedução de princípios e que traz consigo o risco e a eficácia das decisões históricas”: J. E. BORGES DE PINHO, *A dimensão profética do leigo*, in *Communio* 2 (1985) 423. Faz-se aí referência a E. SCHILLEBEECKX, *Expérience humaine et foi en Jésus Christ* (Édition française conçue et présentée par J. Doré), Paris 1981, 30. Cf. ainda, a este propósito, a referência a uma nota escrita por Y. Congar durante o Concílio, citada por G. RUGGIERI, *Foi et histoire*, 135

tudo o que isso representa de fragmentário, de relatividade de quadros culturais e mentais, de mudança de situações e perspectivas, de novos dados adquiridos. Pede-se uma fé mais consciente dos condicionalismos da historicidade do viver humano e da sua própria historicidade, o que vale tanto em termos de caminho individual de vida como na consideração das realidades eclesiais mais diversas. Só terá consistência e credibilidade como expressão amadurecida de vivência humana crente uma atitude de fé que abra o seu espírito ao sentido dos limites históricos, que saiba olhar serenamente para as transformações em curso, que atenda aos pressupostos de ordem hermenêutica envolvidos numa recepção viva da tradição. Por mais absolutos que sejam os princípios a propor, a sua afirmação passa sempre pelos limites e condicionamentos da palavra humana. Do mesmo modo, as mediações eclesiais, por mais indiscutíveis que sejam, não fogem igualmente aos condicionalismos histórico-culturais. A leitura dos sinais dos tempos insere-se nesse dinamismo de sentido da historicidade da fé, convidando a uma intensa e perspicaz capacidade de discernimento dos acontecimentos e de entendimento da mudança.

Importa, enfim, recordar que leitura dos sinais dos tempos não é um exercício teórico mas uma atitude prática. Pressupõe-se o empenhamento da responsabilidade crente na fidelidade às interpelações e aos dons do Espírito²⁸. É na prática cristã concreta, no envolvimento nas circunstâncias reais históricas, suas dificuldades e ambiguidades que se percebe mais profundamente a realidade do mundo como lugar de descoberta de Deus, que se percebem os verdadeiros e decisivos sinais de Deus e seu Reino. Ler os sinais dos tempos não é ficar a olhar contemplativa e passivamente para a realidade, mas reagir perante ela como existências comprometidas a partir do que é essencial à fé.

O reconhecimento e o fomento do “sensus fidei” na vida da Igreja

O *sensus fidei* como condição fundamental de fidelidade ao Espírito e de existência com capacidade profética

Nesta linha de percepção do que é essencial na vivência da fé e na capacidade de ler cristãmente a história entra como elemento fundamental a

²⁸ Cf. J. da C. POLICARPO, *Leitura dos sinais dos tempos, um olhar cristão sobre a História*, nº 3.

vitalidade do *sensus fidei* enquanto condição e expressão de existência crente. Recolocado pelo Concílio – n.º 12 da *Lumen gentium* – de novo na consciência eclesial e no seu singular significado em termos de criteriologia teológica, o *sensus fidei*, que comunitariamente se exprime como *consensus fidei/fidelium*, pode ser descrito como uma capacidade própria de conhecimento em questões de fé, a capacidade de perceber – de forma mais intuitiva que racional, de modo mais vivencial que teórico – onde está a verdade da fé (dimensão noética), o que é decisivo no seu testemunho (aspecto prático), por onde passa o plano salvador de Deus no concreto da história humana (dimensão profética). O “sentido da fé” dos crentes é o carisma da concordância interior com o objecto da fé, a capacidade de, a partir do dom da fé, entrar e viver numa sintonia existencial com aquilo que é essencial em termos de verdade da fé e de exigências práticas da existência crente²⁹.

Cada crente é, pois, capacitado e chamado, de diversas formas e de acordo com a vocação específica que tiver, a expressar e a transmitir a verdade fundamental da experiência cristã, a discernir e a dizer o que é importante para a vida cristã. A essa capacidade carismática, que é dada com a fé e se explicita numa existência de acordo com ela, corresponde uma certa autoridade de cada cristão – em correspondência com a sua situação, experiência, fidelidade e maturidade global – no que diz respeito à afirmação da verdade da fé e sua clarificação no contexto específico da própria vida e do seu viver em Igreja.

A especificidade e a força deste critério de discernimento residem precisamente na capacidade, a partir de uma vida de comunhão com Deus, de captar existencialmente o que é relevante para a fé, ler e discernir nos sinais dos tempos a presença salvadora de Deus, captar as interpelações do Espírito no meio dos acontecimentos da história, dar testemunho vivo e profético dessa experiência como enriquecimento e interpelação para a Igreja e

²⁹ Trata-se de “um carisma livre (isto é, não ministerial) fundado no baptismo e na confirmação), o carisma da concordância interior com o objecto da fé, graças ao qual a pessoa obtém através do Espírito Santo em Cristo um acesso pessoal, existencial ao Pai. Ele é, por isso e como dom originário, próprio a cada pessoa que recebe frutuosamente estes sacramentos. Pode-se ainda descrevê-lo mais proximamente como uma interiorização da verdade da fé”: W. BEINERT, *Der Glaubenssinn der Gläubigen in Theologie- und Dogmengeschichte. Ein Überblick*, in D. WIEDERKEHR (ed.), *Der Glaubenssinn des Gottesvolkes – Konkurrent oder Partner des Lehramtes?*, Freiburg-Basel-Wien 1994, 113 s.; COMMISSION INTERNATIONALE ANGLICANE-CATHOLIQUE ROMAINE, *Le don de l'autorité. Rapport de la Commission internationale anglicane-catholique romaine (ARCIC II) 1999*, in La Documentation Catholique 2204 (1999) n.º 28, p. 472; J. E. BORGES DE PINHO, *A recepção como realidade eclesial e tarefa ecuménica*, Lisboa 1994, 109-114; D. TERRA, *O sentido da fé. Perceber a verdade ou o engano nas realizações da existência crente*, Lisboa 2009.

para o mundo. Pelo sentido da fé o crente está estruturalmente capacitado para olhar a realidade com os olhos de Deus e tentar perceber a sua vontade, discernir o que é decisivo em termos de testemunho do Evangelho. O sentido da fé é, afinal, fruto do mesmo Espírito que sopra onde quer, que não se deixa limitar por barreiras por nós estabelecidas e que está presente na história dos homens.

Temos de reconhecer, com toda a verdade, que isto que acabo de dizer soa bastante a teoria sem substância existencial real, ou seja, a afirmação e o reconhecimento do sentido da fé dos crentes permanecem realidade bastante ignorada em termos de consciência reflexa por parte dos cristãos e substancialmente marginalizada em termos de relevância prática no quotidiano eclesial. Pode dizer-se mesmo que, se teologicamente não é realidade desconhecida, é de qualquer forma substancialmente desvalorizada, praticamente tida como irrelevante em termos eclesiais práticos. A pergunta é simples: onde, quando e como se ouve falar disto? Que significado se lhe atribui no perscrutar da fé vivida e na tomada de opções pastorais? Sem dúvida, tudo isto tem muito a ver com a menoridade dos próprios crentes, com questões de autenticidade e qualidade do ser cristão, com o modo como se entende e pratica a fé. Mas na raiz mais profunda há aqui muitos outros factores que não podem ser ignorados, designadamente no que respeita ao modo como se vê a realidade da Igreja e o seu funcionamento interno.

O sentido concreto do “Povo de Deus” como globalidade comunitária

A afirmação e o reconhecimento do *sensus fidei* na vida da Igreja estão profundamente dependentes do papel que se reconhece a todo o Povo de Deus, nas diversas dimensões do seu viver e como comunidade viva onde podem e devem emergir pessoas dotadas de verdadeiro sentido profético. De facto, o sentido da fé não se explicita na consciência crente nem se manifesta com visibilidade suficiente no quotidiano eclesial porque não se tem o verdadeiro sentido da globalidade da Igreja como Povo de Deus, considerando plenamente os cristãos como sujeitos activos da sua fé e reconhecendo sem subterfúgios o papel que cabe a todos os crentes no seu viver na Igreja e no mundo, com todas as implicações que isso contém. Vale a pena recordar aqui um dos textos conciliares significativos em relação

precisamente com os sinais dos tempos: “Os sacerdotes – lê-se no Decreto *Presbyterorum ordinis*, nº 8 – reconheçam e promovam sinceramente a dignidade e participação própria dos leigos na missão da Igreja. Estejam dispostos a ouvir os leigos, tendo fraternalmente em conta os seus desejos, reconhecendo a experiência e competência deles nos diversos campos da actividade humana, para que, juntamente com eles, saibam reconhecer os sinais dos tempos. Sabendo discernir se os espíritos vêm de Deus, perscrutem com o sentido da fé, reconheçam com alegria e promovam com diligência os multiformes carismas dos leigos, tanto os humildes como os sublimes”³⁰.

Uma leitura, adequada e significativa para a vivência da fé e o testemunho eclesial, dos sinais dos tempos exige, de facto, um profundo sentido da totalidade do Povo de Deus nos vários níveis e configurações da sua vivência, a atenção às múltiplas experiências e capacidades dos seus membros, a valorização das intuições e dos testemunhos dos crentes. É fundamental ouvir e valorizar as experiências vividas no contacto concreto com a realidade do mundo, numa sincera busca de fidelidade à presença e acção continuada do Espírito Santo na história. Ao contrário do que às vezes se pensa, a visão conciliar da Igreja como Povo de Deus não pretendeu apenas – embora isso seja de fundamental importância – exprimir e sublinhar o que é comum a todos os membros da Igreja quanto à dignidade da existência cristã e anteriormente a qualquer tipo de distinção de estado de vida ou ministerial. Tinha simultaneamente em vista fazer ressaltar a consciência de uma prioridade e primazia que deve ser reconhecida ao que releva do ser cristão enquanto tal, com as suas responsabilidades de acolhimento de Deus no quotidiano da vida, de serviço aos outros, de anúncio e testemunho do Evangelho no mundo³¹. É muito diferente – e tem muitas consequências na resposta que se dá a diversas questões concretas em termos de pensamento e de configuração eclesiais – olhar para a Igreja “a partir de cima” ou saber vê-la “a partir de baixo”, do comum dos cristãos, respeitando assim sem tergiversações a plena globalidade do Povo de Deus.

³⁰ Decreto *Presbyterorum ordinis*, nº 9. Cf. GS, nº 44. Cf. ainda J. da C. POLICARPO, «Sinais dos tempos» hoje, na sociedade e na Igreja em Portugal, nº 8.

³¹ Cf. E. J. LACELLE, *L'Église, peuple de Dieu, peuple de baptisés, Conférence donnée à l'Unité Paul VI d'Ottawa le 30 novembre 2009* (de modo particular: II. Conscience de l'Église comme Peuple de Dieu au Concile), in www.femmes-ministeres.org/documents/femmes_en_eglise/Lacelle_Elisabeth_2009b.html (consulta a 7.2.2011); M.-D. CHENU, *Le rôle de l'Église dans le monde contemporain*, 422-425 e 430 s.

A Igreja como comunidade dialógica

A mentalidade e a atitude dialogais como dimensão estruturante do viver eclesial

A atenção aos sinais dos tempos, à luz da Palavra de Deus e na abertura aos sofrimentos e esperanças do viver humano, implica que a Igreja se entenda e realize, mais do que hoje acontece, como Igreja dialógica, como comunidade onde há, a nível de mentalidades e de estruturas, espaços para um autêntico e constante diálogo.

A partir da sua origem no mistério trinitário de Deus, pelo próprio dinamismo da história da salvação enquanto iniciativa divina de diálogo com a humanidade e pelo sentido mais profundo inerente ao acontecimento da revelação e da fé, a Igreja está estruturalmente determinada como sendo uma comunidade de relação entre diversos sujeitos que se encontram em diálogo uns com os outros, que são impulsionados para processos de descoberta comum da verdade, de intercâmbio de maneiras de ver, experiências e testemunhos e assim constroem, na diversidade de pessoas, grupos e funções, unidade e comunhão. A Igreja vive de relações comunicativas entre os seus membros, é comunidade de diálogo e de comunicação, ela asenta em processos dialógicos na busca e afirmação da verdade prática a realizar: “Uma vez que o testemunho dos leigos não é um puro reflexo do magistério nem o magistério é um simples notário da formação de consenso ‘a partir de baixo’, só há uma consequência possível: a descoberta da verdade na Igreja tem de acontecer de forma dialógica. Como sacramento do diálogo de Deus com o mundo a Igreja está constituída em si mesma de forma dialógica. Doutra forma a verdade não é, hoje, capaz de recepção e de consenso”³².

A nível dos princípios, não há dúvidas quanto à necessidade de a Igreja, fiel à sua identidade, ser uma comunidade dialógica: já há muito o magistério da Igreja defendeu, por exemplo, não só a legitimidade como a necessidade de uma autêntica opinião pública dentro do espaço

³² W. Kasper, *Die Kirche als Ort der Wahrheit*, in ID., *Theologie und Kirche*, Mainz 1987, 268. Cf. P. SCHARR, *Consensus fidelium. Zur Unfehlbarkeit der Kirche aus der Perspektive einer Konsensustheorie der Wahrheit*, Würzburg 1992, 148-153; M. KEHL, *Die Kirche. Eine katholische Ekklesiologie*, Würzburg 2/1993, 147-159; K. RAHNER, *Vom Dialog in der Kirche*, in ID., *Schriften zur Theologie*, VIII, Einsiedeln-Zürich-Köln 1967, 426-444.

eclesial³³. Uma observação simples e realista da vida quotidiana eclesial tem de concluir, no entanto, que há, frequentemente e aos mais diversos níveis, a predominância de factores inibidores de um diálogo sereno, constante e aberto sobre as questões pastorais que devem interessar e preocupar os cristãos, envolvendo a sua participação eclesial e o seu testemunho no mundo. Mais ainda: se uma comunidade dialógica só pode existir se se souber dar o tempo necessário para que as questões amadureçam, para que a leitura crente do significado salvífico e da relevância eclesial potencialmente presentes nos acontecimentos históricos possa ser feita com profundidade e ponderação, mais vêm ao de cima as dificuldades reais existentes no que respeita a condições de uma serena reflexão e de um amadurecimento dos assuntos em análise. Para além da maior ou menor incapacidade estrutural de escuta, da presença de factores inibidores e não fomentadores de diálogo, um dos problemas fundamentais é que o diálogo é, muitas vezes, interrompido por decisões que poderiam ou até deveriam aguardar o desenrolar do tempo.

Obviamente, que o papel do ministério ordenado e do magistério da Igreja, em particular, é fundamental na orientação dos crentes, na clarificação de posições, na eventual tomada de decisão com autoridade quando estão em causa questões de verdade da fé e de fidelidade à mesma fé. Mas, por um lado, não só raramente estão em causa questões desse nível restrito como, por outro lado, não pode entender-se o magistério como sendo a primeira instância de intervenção. Cabe-lhe a última, não a primeira palavra, sendo fundamental reconhecer “a fecundidade da duração no tempo” (Henri de Lubac). A palavra do magistério supõe que já aconteceram e tiveram possibilidade de se exprimir outras palavras, certamente menos autorizadas, mas porventura de grande importância para um juízo equilibrado das situações e dos problemas. O caminho normal na Igreja é, não pode deixar de ser, o da “busca colectiva, dialógica, da verdade”³⁴, mor-

³³ A Instrução Pastoral *Aetatis Novae*, referindo-se à Instrução Pastoral *Communio et Progressio*, nºs 114-121, recorda “o importante apelo do direito ao diálogo e à informação no seio da Igreja (...) e a necessidade de continuar a procurar meios eficazes para favorecer e proteger este direito, especialmente através de um uso responsável dos meios de comunicação”: *Aetatis Novae*, nº 10. Na Instrução pastoral *Communio et Progressio*, publicada em 1971 para concretizar e levar à prática as orientações do Concílio Vaticano II, lê-se no nº 115: “Como corpo vivo, a Igreja necessita de uma opinião pública para alimentar o diálogo entre os seus membros, condição do progresso no seu pensamento e acção”, acrescentando que com a ausência de uma opinião pública faltaria à Igreja “qualquer coisa de vital”. Cf. J. E. BORGES DE PINHO, *A recepção como realidade eclesial e tarefa ecuménica*, 295-302.

³⁴ W. KASPER, *Zum Problem der Rechtgläubigkeit in der Kirche von morgen*, in F. HAARSMA, W. KASPER, F.-X. KAUFMANN, *Kirchliche Lehre – Skepsis der Gläubigen*, Freiburg-Basel-Wien 1970, 65. Cf. K. RAHNER, *Kleines*

mente quando se trata de procurar compreender os sinais e interpelações de Deus nos caminhos da história.

A leitura dos sinais dos tempos como escuta da acção do Espírito na história não é programável de antemão nem previsível em todos os seus aspectos, antes exige uma atitude, sempre complexa, de discernimento³⁵. Os acontecimentos históricos são ambíguos, são normalmente difíceis de interpretar no seu alcance real, vêm habitualmente acompanhados por aspectos de tendência diversa ou até contraditórios, com sinais de esperança mas também com marcas de risco ou negatividade. Nestas circunstâncias, a resposta da fé exige um trabalho árduo de discernimento, a busca de critérios claros, o esforço de perceber os verdadeiros sinais do Reino de Deus no meio da complexidade da história humana.

Pressupostos e exigências estruturais de uma Igreja como comunidade dialógica

É claro que a preocupação de que na Igreja se realize uma leitura profética dos sinais dos tempos e fomenta a busca intersubjectiva da verdade prática a realizar tem de ter repercussões também no âmbito estrutural. A indispensável interdependência de pessoas, carismas e instâncias na Igreja, no concomitante reconhecimento da autoridade que também cabe aos simples fiéis (e não apenas ao ministério na continuidade do ministério apostólico, a quem compete – sobre isso não há qualquer dúvida – uma autoridade específica, última e, nalgumas situações, mesmo definitiva), seria vazia de conteúdo efectivo se não se traduzisse no desenvolvimento de formas de participação corresponsável nas decisões eclesiais e nos processos de clarificação doutrinal sobre matérias que têm a ver com a experiência cristã concreta, as situações históricas, a busca de modelos de compreensão e de linguagens mais adequadas.

O reconhecimento concreto dessa autoridade que cabe também em matéria doutrinal aos simples crentes significa, por exemplo, que a dimensão de sinodalidade/corresponsabilidade – nas suas diversas formas possíveis de realização prática – tem de ser desenvolvida aos vários níveis como

Fragment "Über die kollektive Findung der Wahrheit", in Id., Schriften zur Theologie, VI, Zürich-Einsiedeln-Köln 2/1968, 104-110.

³⁵ Cf. K. LEHMANN, *Neue Zeichen der Zeit*, 6 s. e 45 s.; J. EV. HAFNER, *Wie die Kirche sieht*, 3.

uma dimensão estrutural da Igreja, sem a qual o próprio ministério ordenado – que tem uma dimensão pessoal, mas também uma dimensão colegial e comunitária – fica afectado no que respeita à possibilidade de um autêntico e fecundo exercício da sua missão, e isso também no âmbito doutrinal. O espírito e o estilo sinodais, como exercício partilhado da autoridade³⁶, estão muito longe de serem realidades vivas, consistentes e eficazes, no nosso espaço eclesial, e isso tanto a nível local (comunidades cristãs locais) como ao nível das dioceses e das diversas instituições dentro delas. A pergunta consiste em saber – e, insisto, estou a pensar nos mais diversos âmbitos de realização institucional eclesial – se queremos ouvir e aprender uns com os outros, respeitando o direito das pessoas a pensarem e a terem uma opinião, ou se preferimos estilos autocráticos e autoritários na análise dos problemas e nas tomadas de decisão, o que pode acontecer – acontece, de facto – de formas variadas, uma vez encapotadas sob o cepticismo quanto à capacidade dos leigos, outras vezes subtilmente embrulhados em modos de agir que não ficam muito a dever aos comportamentos de nepotismo, demagogia e falta de verdade que se encontram facilmente noutros âmbitos da sociedade civil e até no campo político.

A leitura dos sinais dos tempos como processo detonador de autêntica conversão cristã e eclesial

Uma disponibilidade fundamental para a autocrítica e a conversão

Como se vê, a exigência crente de leitura dos sinais dos tempos conduz-nos assim para a pergunta determinante sobre a disponibilidade que existe ou não para uma saudável autocrítica e a indispensável conversão de mentalidades e de práticas no espaço eclesial, suas instituições, suas comunidades. A consciência conciliar de que a Igreja vive nas circunstâncias do mundo e transporta consigo as marcas deste mundo que passa representa um salto qualitativo no reconhecimento da verdadeira realidade da Igreja, que se sabe ancorada nos fundamentos definitivos da sua origem e na força iluminadora da sua tradição viva, mas simultaneamente tem consciência de

³⁶ COMMISSION INTERNATIONALE ANGLICANE-CATHOLIQUE ROMAINE, *Le don de l'autorité*, n° 34, p. 473.

ser marcada pelos limites, fragilidades e pecados do seu caminhar na história. Se quer ser fiel ao Evangelho, a Igreja, cada um de nós, não tem que ter medo de se questionar sobre a fidelidade dos seus modos de viver e de agir, antes sabemos que estamos chamados a um caminho constante de conversão, em termos pessoais e estruturais. É uma questão de fidelidade. Como se lê num documento do Grupo des Dombes, precisamente intitulado “Para a conversão das Igrejas”, a conversão eclesial é algo que “diz respeito aos membros da Igreja a título colectivo e institucional, enquanto membros de uma comunhão de fé e vivendo em conjunto atitudes pecadoras”³⁷.

A busca de leitura dos sinais dos tempos não pode deixar de conduzir, pois, a um confronto com as razões mais profundas da identidade e missão da Igreja, examinando modos de pensar e de viver, perguntando pelo sentido de hábitos e ideias adquiridos, revendo opções pastorais. Dou dois exemplos muito simples: Se a consciência ecuménica e a orientação ecuménica da Igreja católica é um sinal dos tempos, então é irrecusável a pergunta pela questão da fidelidade que existe nesta matéria, com todas as suas consequências. Se a consciência do papel da mulher e as transformações verificadas em termos de identidade social e cultural podem ser interpretadas como um sinal dos tempos, então há que fazer um profundo e coerente exame de consciência sobre a realidade que neste aspecto se vive no seio da Igreja.

Só nesse processo de confronto autocrítico e de purificação espiritual a Igreja está em condições de fazer um verdadeiro discernimento pastoral e pode ser mais fiel às interpelações dos sinais dos tempos enquanto interpelações de Deus num determinando momento da história³⁸. Estamos aqui diante de um dos aspectos mais difíceis de corrigir e de ultrapassar nas mentalidades dominantes no espaço católico, com repercussões, designadamente, na forma como se continuam a educar as pessoas na fé e a formá-las para o exercício de ministérios. Há pouca disponibilidade para questionamentos abertos, para exames de consciência profundos, para ouvir as questões das pessoas, para perceber também as “profecias alheias”. Es-

³⁷ GROUPE DES DOMBES, *Pour la conversion des Églises. Identité et changement dans la dynamique de communion*, in *La Documentation Catholique* 2003 (1991) n° 41, p. 737. Cf. ainda n° 8, p. 734 e n° 41, p. 737.

³⁸ A este propósito e ainda que a reflexão tenha como horizonte mais próximo a situação da Igreja na Alemanha, vale a pena reflectir sobre os seguintes contributos: M. THEOBALD, *Kirche unter dem Gericht. Neutestamentliche Anfragen na ein 'seinhaftes' onto-theologisches Verständnis von Kirche*, in *Theologische Quartalschrift* 190 (2010) 267-290; P. HÜNERMANN, *Dis-soziation der Kirche? Schwindende Möglichkeiten der Identifikation mit dem Evangelium*, in *IB.*, 291-303.

quece-se que uma Igreja que não se sabe ou não se deixa questionar dificilmente tem sensibilidade, credibilidade e autoridade para intervir profeticamente no mundo em que vivemos. Vinho novo só pode ser deitado em odres novos (cf. Mt 9,17).

A Igreja como comunidade de testemunho da esperança

Essa intervenção profética da Igreja, como comunidade situada num dado contexto e como cristãos com dons e responsabilidades próprios, é tarefa sempre de novo a cumprir na fidelidade à identidade cristã e no serviço aos homens e mulheres de cada tempo. No meio das suas fragilidades, a Igreja tem consciência de ser sacramento da vontade salvífica universal de Deus, não ignora que existe pela graça do mesmo Deus, sabe que a razão da sua existência não está em si mesma, mas no Deus em quem confia, o Deus de Jesus Cristo, no qual se manifestou o sentido último do viver humano e da história. A Igreja tem assim consciência de ser portadora de uma grande esperança, e na leitura dos sinais dos tempos vê um desafio a cumprir a sua missão salvífica de amor a Deus e aos homens, procurando ser uma comunidade de testemunho da esperança: “Com efeito, o que a Igreja anuncia ao mundo é o ‘Logos’ da esperança (cf. 1 Pe 3, 15); o ser humano precisa da ‘grande Esperança’ para poder viver o seu próprio presente – a grande esperança que é ‘aquele Deus que possui um rosto humano e que nos ‘amou até ao fim’ (Jo 13, 1)”³⁹.

Não se está a falar aqui – como todos sabemos – de uma esperança que se traduza em êxitos imediatos, em caminhos fáceis de solução para os problemas da vida, em respostas a todas as questões que o viver humano coloca. A esperança de que os cristãos falam passa pela paixão, morte e ressurreição de Jesus, afinal o grande “sinal dos tempos” que permanece levantado no meio da história humana, a chave última de leitura para o reconhecimento do verdadeiro Deus e seu modo de agir salvífico, a luz que pode dar sentido ao caminhar humano. Nessa esperança “crucificada” radica a certeza de que o destino dos seres humanos e o fim da história humana, por mais obscuridades e interrogações que apresentem, estão nas mãos do “Deus sempre maior” em que acreditamos.

³⁹ VD, nº 91.

Na leitura profética dos sinais dos tempos a Igreja não tem a pretensão de dispor de uma capacidade de percepção racional do mundo superior à que outras comunidades, visões do mundo ou caminhos humanos de abordar a realidade julgam ter. Mas tem a pretensão de possuir elementos de uma sabedoria que – não sendo conquista sua, mas dom recebido, não sendo desejo de domínio, mas proposta de sentido e serviço – não pode deixar de testemunhar: como força de esperança (na certeza de que Deus, pela acção do seu Espírito, continua presente na história humana, transformando o coração das pessoas, gerando frutos de santidade de vida, fazendo emergir testemunhos proféticos de verdadeira humanidade); como indicativo de verdade (só em Cristo o mistério do homem é verdadeira e completamente esclarecido); como apelo ao amor fraterno (só pela força transformadora do amor a Deus e ao próximo – cf. Mt 25, 14-46 – é possível ir tornando efectivos e visíveis neste mundo os sinais do Reino).

No reconhecimento da história “como lugar hermenêutico onde se pode discernir a presença de Deus, proclamá-la e explicitá-la”, a Igreja, na sua peregrinação para o Reino definitivo, “tem, pois, consciência de que a história é ainda portadora de Revelação, e se é verdade que nada pode ser acrescentado à plenitude da Revelação acontecida em Jesus Cristo, permanece, no entanto, verdadeiro que esta plenitude exige caminhar-se para a verdade plena (cf. Jo 16, 13), participando sem temores e sem cruzadas *no que acontece*”. Deste modo, tendo presente que a realização do mistério de Cristo se realiza nela sob uma forma histórica, a Igreja “põe-se ao serviço da humanidade, perscrutando os *sinais dos tempos* e os *sinais dos lugares*, fazendo aparecer a profecia na experiência vivida e esperando, na fidelidade à vida sobre esta terra, a vinda do Senhor”⁴⁰.

⁴⁰ E. BIANCHI, *Le caractère central de la parole de Dieu*, in G. ALBERIGO, J.- P. JOSSUA (ed.), *La réception de Vatican II*, 169 s.